





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Não esteve presente, o **Deputado Independente**- Fernando Domingos dos Santos;-----

Não esteve presente, o **Deputado Municipal do PSD**, Sebastião Francisco Seruca Emídio.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

### -----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público\*;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Moções;-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

b)- **Apreciação da Informação relativa à Aprovação do Plano de Contingência COVID-19, a adotar pelos Serviços da Câmara Municipal de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 379-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----**

c)- **Proposta 12/2020- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020, ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação em vigor; [Proposta da Câmara Municipal n.º 636-2020] (plataforma smartgov.cm-**



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

loule.pt);-----

d)- Proposta 13/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Almancil, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 611-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 14/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Alte, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 612-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 15/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia do Ameixial, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 613-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 16/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Boliqueime, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 614-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Proposta 17/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Quarteira, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 615-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 18/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Salar, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 616-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 19/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de S. Clemente, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 617-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- Proposta 20/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de S. Sebastião, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 618-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

l)- Proposta 21/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Acordo de Execução com a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, para o mandato de 2018-2021 - no âmbito do combate à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 619-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt).-----

\* **INFORMAÇÃO:** COVID 19- Por razões de segurança e saúde pública, esta Sessão não admitirá assistência presencial do Público. As questões dos munícipes podem ser enviadas antecipadamente para o email: [aml@cm-loule.pt](mailto:aml@cm-loule.pt), dirigidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, até às 17h00 do dia 28 de Maio de 2020, para que as respostas sejam dadas na referida Sessão.

Esta Sessão Ordinária poderá ser acompanhada em direto, a partir das 20h30, através do canal YouTube, "Assembleia Municipal de Loulé".-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que esta Sessão é realizada por videoconferência, ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, e tendo em conta as Leis n.º 1-A/2020, de 19 de Março, e a n.º 6/2020 de 10 de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Abril.-----  
Referiu que existe já um acordo entre os Senhores Deputados Municipais e o Senhor Presidente da Câmara, que a próxima reunião será presencial durante o mês de Junho e que a mesma decorrerá num espaço onde seja permitidas as regras de segurança que será no Cine Teatro Louletano, para poder acolher os Deputados Municipais, o Executivo e o Público, ficando a aguardar o Parecer da Autoridade Local de Saúde Pública, que terá que ser consultada, por uma questão de segurança, porque um órgão como a Assembleia Municipal, tem que cumprir as regras para a segurança de todos.-----

A próxima sessão, será presencial, e nessa sessão matérias que teriam que vir até ao mês de Abril, serão debatidas em Junho como as Contas do Município e as medidas tomadas por este Executivo neste período excepcional.-----

Foi feita pela Senhora 1ª Secretária, Rosana Durão, a chamada dos Senhores Deputados Municipais, tendo-se verificado a ausência do Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD) e do Senhor Deputado Fernando Santos (Independente).-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

### 1-Intervenção do Público:-----

Neste ponto as questões do público, foram remetidas à Mesa da Assembleia por email, já foram dirigidas ao Executivo, e só foram consideradas as questões que foram enviadas até ao dia de ontem.-----

A 1ª questão foi colocada pelo cidadão Tiago Grosso, que referiu que nas últimas semanas do corrente mês, em Vilamoura foram realizados trabalhos de movimentações de terra, com recurso a máquinas retroescavadoras, por forma a impedir o acesso para efeitos de estacionamento aos espaços destinados ao estacionamento automóvel, junto à Praia da Falésia/Rocha Baixinha. Estes parques são utilizados por pessoas que se deslocam aquela praia e que a zona de estacionamento ordenado existente é altamente condicionado em termos de área e de preços praticados, os quais são inoportáveis para o cidadão comum, e que estes trabalhos condicionam o acesso a um espaço público.-----

Colocou as seguintes questões:-----

1- Tem o Executivo Camarário conhecimento destas obras que limitam de forma inequívoca o acesso a um espaço público?-----

2- Tem o Executivo Camarário, informação sobre como será feita a gestão do parque explorado pela empresa que gere o estacionamento junto à praia, e se o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

parque continuará a ser pago e a cobrar preços de tabela a rondar os 70 cêntimos por cada 15 minutos de estacionamento?-----

3- Considera o Executivo Camarário, aceitável que esse condicionamento, que na prática é um verdadeiro impedimento, que atinge principalmente as classes menos favorecidas, seja feito. Se considera aceitável, o que tem a dizer aos residentes no concelho de Loulé, que este ano não poderão fazer praia, como é do seu direito.-----

4- Se tem conhecimento e não considera aceitável, que medidas está a tomar para garantir o direito público de acesso à praia.-----

Na pratica trata-se de uma privatização desses locais, a um espaço que é por direito, comum aos cidadãos. Relembrou ainda ao Executivo Camarário que a existência de parques de estacionamento automóvel nas zonas interiores de Vilamoura, não representa um equipamento facilitador do acesso às praias.-----  
Permitir o fácil acesso às praias, não é apenas uma questão de comodidade , mas principalmente uma questão de segurança rodoviária e sanitária.-----  
Terminou, solicitando ao Executivo Camarário, que garanta aos residentes no concelho de Loulé, o acesso ao espaço público, que é seu por direito.-----

Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que referiu que esta forma de colocar as questões antecipadamente, permite ao Executivo dar respostas mais esclarecedoras, relativamente às questões que os munícipes dirigem. Será uma prática a considerar, eventualmente, no futuro.-----

Para responder em concreto às questões colocadas pelo cidadão Tiago Grosso, respondeu o Senhor **Vereador Carlos Carmo**, concretamente em relação à 1ª questão colocada, se o Executivo, tinha conhecimento que não são concretamente obras, esta medida foi a delimitação dos terrenos e que impedem o acesso aos mesmos, medida essa articulada entre a Inframoura e a Vilamoura World e que está inserida, dando resposta ao que foi o manual das linhas orientadoras, para a utilização e ocupação das praias, com contexto da Pandemia Covid 19 e de acordo com os nrs. 1, 2 e 3 do artigo 8.º, do Capítulo I do Decreto-Lei 24/2020 de 25 de Maio, onde claramente está interdito o estacionamento fora dos parques e estacionamentos não licenciadas para o efeito e que no incumprimento do mesmo, aplicam-se coimas, que serão sempre agravadas para o dobro no incumprimento das mesmas, ao abrigo dos regulamentos existentes. Existem 2 parques existentes nas imediações desse terreno, geridos por uma identidade privada que



Handwritten initials and scribbles in blue ink.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

é a Vilamoura World e a Câmara aí não tem qualquer ação nesse sentido.-----  
Esta decisão teve como base a legislação que saiu no dia 25, o anual das linhas orientadoras que condicionam o acesso às praias de acordo com a lotação que foi recentemente anunciada. No local existem 2 Parques licenciados para aceder à praia, além da oferta de transporte público, que é regular, incluindo fins de semana e feriados, começando as 7.30 da manhã e tendo 2 períodos noturno e diurno, terminando às 21.30 um período diurno, com 45 minutos de intervalo sensivelmente a 1 hora, além do uso partilhado de bicicletas. Estas medidas permitem o uso de transporte mais sustentável no âmbito da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas. Recentemente a Câmara Municipal, anunciou a gratuidade dos transportes urbanos, dando assim, todas as condições para a deslocação e o diminuir do impacto dos veículos no acesso a estas praias, não havendo qualquer constrangimento no acesso aos mesmos, não existindo qualquer impedimento no acesso a essas praias.-----

-----  
O Senhor Presidente da Assembleia, apresentou as questões colocadas pelo cidadão **Rogério Rochinha**, que começou por fazer uma saudação especial a todos que estiveram envolvidos na linha da frente no combate a esta Pandemia; aos profissionais do SNS.-----

Colocou as seguintes questões;-----

1- Porque não optou o Executivo Municipal pela isenção do pagamento da água, às famílias, durante os meses de Abril e Maio, em lugar de atrasar o pagamento seis meses o que poderá vir a trazer outro tipo de constrangimentos?-----

2- Que tipo de intervenção está a ser realizado no separador central da Avenida Sá Carneiro em Quarteira, já foram abatidas árvores? Se sim, quantas e porquê? Quantas serão abatidas no total?-----

-----  
Para responder a estas questões, foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, em relação à questão da água, entendeu-se adotar duas medidas, uma delas foi derivado do Estado de Emergência, do encerramento de praticamente todo o tipo de atividade económica e de comércio, isentar a tarifa fixa em relação aos não domésticos, as empresas tinham nos meses de Abril e Maio, os seus negócios fechados e não fazia nenhum sentido, estar a cobrar uma tarifa que era fixa e foi decidido isentar essa tarifa fixa.-----

Em relação aos particulares, entendeu-se flexibilizar o tarifário social da água e prorrogar o pagamento da fatura da água.-----

Esta prorrogação dá a possibilidade às pessoas de ter uma liquidez provisória na ordem dos 2 milhões de euros .-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para complementar a resposta à outra questão colocada, usou da palavra o Senhor Vereador **Abílio Sousa**, nomeadamente quanto à intervenção que está a ser feita na Av.<sup>a</sup> Sá Carneiro, é uma empreitada para a requalificação dos espaços verdes, os separadores laterais e centrais do troço com o objetivo de colocar uma regra inteligente de forma a minimizar o desperdício de água, sendo é um bem essencial, que temos de preservar cada vez mais. Foi feito o abate de algumas árvores, tendo sido elaborado um estudo, por um Técnico Arquiteto Paisagista, que fez uma análise de todo o arvoredo existente, das quais 27 árvores, 3 delas de médio porte, as outras estavam muito debilitadas, tendo sido feito o seu abate, mas que contudo, irá existir uma plantação de novas 70 árvores, para colmatar a necessidade ao nível do corredor central. Vai ser colocada vegetação autóctone e que se adapte ao nosso clima.-----

Por fim foi apresentada a questão colocada pela cidadã **Maria Helena Baião**, e que se prende com a Informação Escrita sobre a Atividade da Câmara Municipal, no período entre 28.02.2020 a 22.05.2020, onde teve conhecimento que no dia 20 de Maio, foi deliberado por maioria, emitir parecer desfavorável, ao loteamento e obras de urbanização da Cidade Lacustre em Vilamoura. Parabensizou todo o Executivo, e o Senhor Presidente da Câmara, principalmente, pelo arrojo e coragem desta decisão.-----

Expressou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o seu desagrado, por não se ter tentado realizar esta sessão presencialmente, nomeadamente num ginásio ou Pavilhão Desportivo, à semelhança do que tem sido feito noutras localidades pelo país fora, com o devido distanciamento social.-----

Colocou a seguinte questão;-----

1-O património arbóreo de um Concelho, sua fauna e flora, devem ser preservados a todo o custo e nesse sentido há que ser atuante.-----

Face ao desmatamento surgido no Ancão/Garrão e ao corte recente de árvores de grande porte, por razões fúteis em Vilamoura, venho perguntar ao Executivo se não será possível introduzir uma licença especial aos proprietários privados para que possam executar operações de corte de árvores, (nomeadamente em jardins, que não representam perigo de incêndio), de todo o tipo de árvores com idade superior a 20 anos, com um custo elevado e multa associada em caso de prevaricação, colocando simultaneamente mais fiscais ambientais no terreno, recrutados dentre os jovens do nosso Concelho que partilham das nossas preocupações com a flora e a fauna do Concelho de Loulé e que sejam inflexíveis.-

O Senhor Presidente da Assembleia, esclareceu que é entendimento de todos os Líderes dos Partidos Políticos que fazem parte desta Assembleia, que as sessões devem ser sempre que possível presenciais e já há um acordo, por essa razão,



R

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para que a próxima já seja presencial. Esta sessão em particular, fizemo-la desta forma por videoconferência, tal como a lei permite, procurando que todas as questões do ponto de vista político levantassem mais debate, pudessem passar para uma das sessões presenciais do mês de Junho.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que iria endossar a pergunta à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, que detém o pelouro, que encaixa nas questões colocadas.-----

Em relação ao Plano de Urbanização de Vilamoura, em causa, "Plano da Cidade Lacustre" e à questão do abate de pinheiros no Ancão, e sobre a questão da proteção de árvores em geral, no concelho de Loulé.-----

Foi passada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, começando por agradecer o comentário da questão da coragem, de facto trata-se da posição coerente de todas as decisões políticas que têm sido tomadas por este Executivo, no âmbito do Ordenamento do Território e a Defesa incansável do ambiente e de um território sustentável, que foi a emissão de um parecer desfavorável, trata-se de um parecer que é remetido pelas entidades, sendo a Câmara Municipal uma das entidades à Comissão de Avaliação deste Projeto, uma vez que o promotor, não cumpriu com as condições que de início em Setembro, forma colocadas em sede de comissão de avaliação, como condições essenciais, para o processo ter um parecer que fosse diferente de um parecer desfavorável. Foram as questões de cedência de áreas para equipamentos públicos, a questão dos acertos pontuais, foi a questão de duplicação de lugares de estacionamento, a revisão e renegociação do protocolo que está subjacente ao Plano de Urbanização ao alvará de licenciamento deste loteamento e que não se verificou. Tudo isto conduziu a que não tendo sido dadas repostas às questões e às condições e daí o parecer ter sido desfavorável, numa política de coerência também, com todas as decisões, que têm sido tomadas na salvaguarda do nosso território.-----

Relativamente à questão do corte de árvores no Ancão, a Câmara Municipal fez um comunicado, a demarcar-se completamente e a exigir uma atuação firme, por parte das entidades, neste caso do ICNF, no sentido de exigir junto do promotor, uma atuação para repor a situação o mais rapidamente possível.-----

O maior valor que foi ali naquele local afetado, foi o coberto vegetal, a flora e a fauna, foi o habitat em si próprio, classificado pelas diretivas europeias, e que não tem a ver com os pinheiros que foram abatidos, mas sim com o coberto vegetal e esse foi o maior valor que foi atingido com aquela atuação. Nesse sentido há que trabalhar com o ICNF, para o promotor ser obrigado a repor na medida do possível o estado em que o local se encontrava. Nesse sentido, foram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

feitas algumas reuniões com o promotor e que mostrou abertura para fazer esse trabalho em conjunto com o ICNF e também ouvindo as propostas da Câmara.----

Quanto à possibilidade de a Câmara impor a necessidade de uma licença para o abate de árvores, estas se estão em zona urbana, têm que ser sinalizadas e tem que ser autorizado o seu abate no âmbito da operação urbanística, porque em qualquer projeto de arquitetura, e de intervenção urbanística, têm que estar sinalizadas as árvores e se as mesmas estiverem protegidas ou se houver desnecessidade ou não for obrigatório o seu debate, normalmente a Câmara, não aprova ou exige a replantação das mesmas, mas noutra sítio ou simplesmente informa que o projeto não pode ser feito nestes moldes.-----

Quando as árvores estão fora dos perímetros urbanos, não é da competência da Câmara mas sim do ICNF. Há uma obrigação junto dos perímetros urbanos, dos próprios proprietários fazerem uma limpeza que é a gestão das faixas de combustível, que exige que entre cada uma das árvores, haja um distanciamento significativo, que pode ir de 4 a 10 m, o que pode implicar um abate efetivo de árvores que podem ser de grande porte. Se estiverem em causa, valores ambientais ou florestais a preservar, essas árvores são a salvaguarda dos perímetros urbanos, devem ser abatidas, é o que definem estes Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios. O facto de ser ter uma brigada de jovens, não parecer ser exequível de fazer este tipo de fiscalização.-----

-----  
Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para esclarecer que o proprietário do terreno em causa, tem-se mostrado disponível, a reparar o prejuízo causado ali naquele local. O abate daquelas árvores teve um enorme eco negativo na imprensa, e foi referido pelo senhor que tinha feito aquilo porque era a maneira de prevenir fogos florestais, numa área onde acontece com alguma regularidade, tendo sido a operação mal sucedida, mas que tomará todas as medidas necessárias para minimizar o impacto. Esta atitude do proprietário dos terrenos, é também muito louvável e é isso que está a acontecer. Já foi referido pela Senhora Vereadora, que houve já durante o dia de hoje, a primeira reunião organizada pelo ICNF, uma vez que é esta a entidade com responsabilidade na gestão florestal naquela área, que é Parque Natural da Ria Formosa, onde esteve o proprietário e o Executivo Municipal, munidos de pareceres biólogos e onde estiveram também os técnicos do ICNF.-----

No Plano de Prevenção de Florestas Contra Incêndios, está previsto de certa maneira, aquele abate de certa maneira, em que o "pinheiro manso", tem que estar afastado 4 m no mínimo das suas copas, o que se for levado à letra, é um desastre! Aquela situação foi de todo lamentável, e passarão anos em que o coberto vegetal será reposto com espécies da biodiversidade, que ocorrem em



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

poucos lugares do país, algumas espécies em perigo, quase extintas, sendo tudo isso devastado.-----

Neste caso, o proprietário foi o primeiro a reconhecer o resultado negativo, porque os cidadãos estavam atentos e vigilantes às políticas ambientais. Há vontade de reparar o dano que ali foi causado. Louvou os cidadãos que neste concelho estão atentos e vigilantes relativamente às políticas ambientais, que têm que ter um espaço cada vez maior na ação autárquica, porque os poderes públicos, necessitam muito da vigilância e da participação ativa, da cidadania, no que diz respeito à proteção e preservação de valores ambientais.-----

Esta vigilância ativa por parte dos cidadãos, pode contribuir num movimento coletivo, pode-nos levar a fazer, cada dia melhor.-----

O Executivo, nunca pensou que o abate iria ter aquela extensão, mas que o proprietários e os cidadãos que denunciaram foram exemplares. O erro foi muito grave, está a ser reparado e agora há que chamar a atenção do legislador, que esta lei vai ter que ser melhorada.-----

Foi lembrado que na sessão estão presentes 33 Deputados, 23 Deputados do PS, 8 do PSD, 1 do CDS, 1 do BE.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

### 2-Aprovação de Atas;-----

O Senhor Deputado **Carlos Martins (BE)**, propôs que as Atas fossem aprovadas de forma condicionada, e arranjar um mecanismo, em que as Atas antes de serem aprovadas fossem verificadas pelos intervenientes, igualmente o Público, para que estes se possam pronunciar.-----

Ao que respondeu o Senhor Presidente da Assembleia, que a forma mais prática, é quando o público se inscreve para intervir, a Mesa ficar com o contacto dos mesmos, de preferência o email, e remeter aos mesmos a parte da ata correspondente à sua intervenção.-----

Neste ponto, foram apresentadas três Atas para votação.-----

A Ata n.º1/2020 (Sessão Extraordinária de 04 de Fevereiro de 2020), foi aprovada por unanimidade.-----

A Ata n.º2/2020 (Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2020), foi aprovada por unanimidade.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A Ata n.º3/2020 (Continuação da Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro - 2 de Março de 2020), foi aprovada por unanimidade.-----

### 3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Neste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu conta que neste período longo, que nos preocupou a todos a situação sanitária das nossas Comunidades, houve flexibilidade no entendimento sobre cumprimento de prazos, indo agora retomar-se a necessidade de serem cumpridos os preceitos legais no que diz respeito aos Requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados Municipais. Nesse sentido foi feita uma atualização das perguntas (requerimentos), que foram enviadas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e apelou que progressivamente possamos receber as respostas, nos termos legais e regimentais. Lembrou que há questões colocadas cujo período sem resposta já ultrapassa os 12 meses.-----

### 4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, saudando em nome do Grupo Municipal do PS, os presentes, e nesta experiência que estamos a travar com uma nova tecnologia nomeadamente a videoconferência, que nos leva a sentir o momento em que vivemos, inicialmente com o confinamento e agora o desconfinamento, que nos leva a avaliar que os intervenientes envolvidos tiveram que se adaptar a esta nova realidade.-----

Colocou uma questão à Câmara Municipal, e tendo em conta que nesta pandemia, houve uma zona do nosso concelho, onde houve problemas mais agravados, concretamente na freguesia de Boliqueime e saber que apoios foram dados, da forma como se atendeu à circunstância, nomeadamente na valência do Lar e recentemente na retoma da Creche e Jardim de Infância do Lar da Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse ter 4 questões a colocar ao Executivo Municipal. A primeira prende-se com a questão do Centro de Saúde de Quarteira, na sua extensão, iria ser construído um novo edifício com 2 ou 3 pisos. O edifício da Unidade Familiar de Loulé, em substituição dos contentores ali existentes, de que iria ser feito um investimento, de cerca de 200 mil euros, na extensão do Centro de Saúde de Quarteira, e questionou se se trata da mesma obra e o que na realidade vai ser lá feito.-----

Em relação aos requerimentos, a Câmara, continua a não dar resposta aos



R  
B

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

direitos dos Deputados Municipais, verificando-se que os enviados pelo BE, não tiveram ainda qualquer resposta, muitos deles pedidos para esta Sessão, facto que lamenta e aproveita para solicitar os devidos esclarecimentos e justificação do Senhor Presidente da Câmara. Já foi respondido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre os atentados ambientais no Ancão, onde foram abatidas árvores saudáveis e centenárias e todo o coberto vegetal, a pretexto de uma limpeza de terrenos, tendo sido a fiscalização municipal alertada, mas arquivou o processo, remetendo para o ICN a responsabilidade e competência da situação e entretanto as obras de demolição continuaram. O BE está solidário com a posição assumida pelo Presidente da Câmara, repudiando o atentado ambiental, obrigando o proprietário a repor as árvores abatidas e o seu coberto vegetal. O proprietário fez um crime ambiental, arrependeu-se e foi perdoado.-----

Questionou o Executivo, como pode a Câmara Municipal, obrigar o proprietário a cumprir a determinação da Câmara, não será um atentado ambiental motivo suficiente para uma "queixa-crime"?-----

Colocou uma questão ao Senhor Vereador Carlos Carmo, na qualidade de Vereador do Ambiente, uma vez que periodicamente são efetuadas cargas de esgotos no sítio do Cadoiço e a situação foi denunciada pelos cidadãos, e foi prometido que brevemente seriam dadas notícias. Questionou que medidas já foram tomadas nesse sentido e quanto pensa ter o problema resolvido.-----

Foi de seguida dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que pediu a palavra para se congratular, com a decisão da Câmara Municipal de Loulé, em ter revisto a sua posição em relação à taxa Turística, Quis deixar esta nota, quando se reconhece que se iria cometer um erro decisão essa que muito foi apreciada pelo CDS.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que disse ir colocar algumas questões, nomeadamente sobre o investimento na saúde, no município de Loulé, no caso concreto das freguesias de Quarteira e Almancil, sendo que esta faixa do litoral, tem concentrada a maior faixa de população do município. Sabendo este Executivo que é uma das matérias mais importantes e fundamentais, o sentimento de segurança dos cidadãos em geral, não será discriminatório a ausência de investimento, para estas mais de 50 mil pessoas, nomeadamente na freguesia de Quarteira e de Almancil.-----

Recomendou que fosse revisto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal esta proposta de investimento.-----

No âmbito do apoio aos empresários, para a manutenção de postos de trabalho, se o Senhor Presidente da Câmara, não sente que virá a ser uma calamidade pública, o desemprego galopante que se sente neste momento na economia local.--



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Deveria-se auxiliar as empresas, para garantir uma parte da nossa economia, como o transporte gratuito para a Praia da Falésia, a que o nosso município proporciona, quer aos locais, quer aos visitantes.-----

-----  
Usou da palavra a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, referindo que o PSD tem tido o papel que qualquer Partido Político sério, deve ter, nomeadamente colaborar e dar contributos. Não é tempo de diferença ideológicas, mas sim de entreajudas entre os vários partidos políticos. O PSD dirigiu um conjunto de sugestões e medidas de apoio económico e social ao Executivo, nomeadamente a criação de um fundo municipal de apoio ao arrendamento do comércio e serviços a fim de dar resposta às dificuldades dos comerciantes, lojistas e prestadores de serviços, a famílias e a microempresas, que estejam a ser diretamente afetadas pela pandemia. O PSD sugeriu a criação de um Fundo de Emergência, para apoiar famílias e microempresas, que compõem o grosso do tecido empresarial e que estejam sediadas no concelho de Loulé. Este Fundo seria até ao fim do ano, com uma possibilidade de renovação, com uma dotação de 10 milhões. O PSD sugere a atribuição de subsídios a fundo perdido a micro e a medias empresas, que tenham sido forçadas a suspender ou a condicionar a sua atividade, preenchendo determinados requisitos, nomeadamente terem mantido os postos de trabalho.---

-----  
Usou da palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, referiu que a questão da Pandemia veio colocar muitas questões, mas há uma que mexe diretamente em especial na área da arquitetura das infraestruturas municipais e publicas. O edifício da Câmara Municipal de Loulé em si, não estava preparado para esta pandemia, considerando que o espaço, não estavam adaptados nem preparados para a resolução dos problemas diários e devemos estar preparados para isso. O plano de elaboração de obras da Câmara Municipal, não deve parar, tem de desenvolver o seu plano de obras que estavam projetadas e sessas obras irão contribuir para o desenvolvimento das atividades económicas ligadas à construção civil, porque não pode parar as obras.-----

-----  
Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para questionar qual tinha sido o critério da Câmara, por não ter adaptado a mesma situação da isenção das tarifas que estão anexadas ao consumo da água, porque realmente neste tempo de pandemia, o consumo de água nas casas, nas famílias, aumentou substancialmente. O adiamento do pagamento de faturas, é apenas uma flexibilidade, porque as faturas vão sempre ter que ser pagas, de uma forma ou de outra e quanto mais faturas ficarem atrasadas, pior vai ser o pagamento integral das mesmas. Nessa circunstância, a Câmara poderia ter optado por isenção temporária do pagamento das tarifas que estão anexadas aos custos e



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'R' followed by a large flourish.

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aos consumos da água, que sobrecarregam demasiado a fatura final, uma vez que o incentivo ao consumo da água, por obrigação e necessidade, levam depois também a uma penalização para os consumidores. Se a Câmara optou pela isenção da tarifa fixa para as empresas, também o deveria ter feito para as famílias nos consumos domésticos.-----

Disse gostar que lhe fosse também explicada, a questão da faturação da água, por não ter percebido a justificação de para onde foram os 2 milhões de euros, em relação a esta matéria.-----

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, Congratulou o Executivo, pelo trabalho que tem desempenhado nesta fase que estamos a atravessar, uma fase muito difícil da nossa vida coletiva, e enalteceu a postura da Câmara Municipal de Loulé, que esteve à altura deste desafio, e deste problema.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, referindo que na sequência da intervenção do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos, congratulou o Executivo, por não ter parado as obras neste período de pandemia, como o caso do abastecimento de água, aos Soidos de Baixo, Soidos de Cima e Atalaia, que se iniciaram neste período de confinamento e o avanço do projeto do abastecimento de água de todo o eixo do Sobradinho às Assumadas, na freguesia de Alte. O acesso à água, é não só um direito fundamental das populações, como uma medida essencial da saúde pública e também a medida importante de alteração às alterações climáticas. Uma população que tem acesso à água de qualidade, consome menos água engarrafada e daí logo contribui para um menor desperdício de plástico no uso das garrafas e dos garrafões de água e as emissões de carbono logo reduzem imenso.-----

Em nome das populações do interior, agradeceu ao Executivo, com a certeza que o abastecimento de água à zona da Cumeada, também avançará rapidamente.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que no seguimento da intervenção da bancada do PSD, deixou uma breve nota, para que futuramente possamos considerar. Grande parte das empresas que não pertencem a esse leque de empresas que por imposição legal, foram obrigadas a fechar, ou a fechar parte da sua atividade. Grande parte da restauração abriu no dia 18, os hotéis irão abrir em meados de Junho e estas receitas abruptas irá levar a uma disparidade entre custos e proveitos, o que certamente nos meses de Julho e Agosto levará a um despedimento massivo de trabalhadores no município de Loulé, no Algarve e sobretudo em Portugal. Existe um grande grau de incerteza em relação ao mercado de trabalho, nomeadamente o mercado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

britânico. Tudo isto conjugado, levará a que este ano não será um Verão com que possamos congratular-nos.-----

Atendendo à previsibilidade de que certamente se irá sentir. Há que ter em conta que grande parte dos mercados, vão apelar ao consumo nacional, apelando como Portugal "faça férias cá dentro". Com tudo isto conjugado, este Verão não nos iremos congratular, era importante que esta Câmara Municipal, formasse uma Comissão que pudesse antecipar e pudesse estudar os efeitos que esta crise vai ter no mercado de emprego e nas empresas.-----

Para responder às questões solicitadas, usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, que referiu que algumas delas já tinham sido respondidas por ofício.-----

O PSD não pode colocar na Câmara Municipal o ónus de resolver todas as consequências económicas para as empresas, para os empresários, na Câmara Municipal de Loulé. Isso significaria que teríamos de suspender todo o plano de investimento público municipal, que é muito grande e teríamos que todo esse dinheiro, alocar às empresas e aos empresários.-----

O grosso do apoio à economia e aos empresários, virá por parte do Governo da República, que está a fazer um trabalho muito positivo de uma forma geral.-----

Foi passada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, começando por dizer que os 2 milhões de euros estão nas famílias, a Câmara não cobrou porque estendeu o prazo em 6 meses para pagar a água e esta moratória não tem pagamento de juros, apenas a flexibilidade das famílias para pagar as suas faturas.-----

Em relação à Taxa Turística foi suspensa por tempo indeterminado, a pedido da Câmara Municipal.-----

A Lei não permite a constituição de Fundos Municipais, uma vez que a única entidade que pode constituir Fundos Municipais, Fundos de Emergência, é o Conselho Ministros, como aconteceu em Pedrógão Grande, sendo a única situação de Fundos de Emergência.-----

O apoio aos empresários do ponto de vista social, não precisamos de um Fundo porque Loulé tem o apoio Loulé Solidário, que atualmente responde a todas as emergências sociais.-----

A situação de emergência alimentar, não ficará ninguém sem esta condição básica de vida. Outra situação, são Fundos de Apoio. Cabe às Câmaras Municipais complementar essas medidas, e que as empresas usufruam deste investimento.-----

Usou da palavra o **Senhor Vereador Carlos Carmo**, começando por referir um posto feito nas redes sociais pelo Senhor Deputado Carlos Martins à sua pessoa,



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e respondeu que muito em breve haveria notícias sobre algumas situações reportadas pelo Senhor Deputado.-----

Disse ainda que dentro em breve serão anunciadas as medidas que irão ser implementadas, fruto do estudo que foi encomendado e que chegou agora à Câmara Municipal de Loulé.-----

Em relação à questão dos transportes levantada sobre os transportes, levantada pelo Senhor Deputado João Guerreiro, nomeadamente o Urbano, para a Praia da Falésia, consta da linha branca que já existe, são 19 vezes de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup>, 17 vezes aos Sábados e Domingos e esse transporte como todos os outros do concelho de Loulé, no âmbito de uma maior sustentabilidade ambiental, reduzindo o que é o impacto dos veículos individuais.-----

Usou da palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, e esclarecendo o Senhor Deputado Carlos Martins, relativamente às questões que colocou sobre as medidas e a forma como iríamos assegurar o cumprimento dessas medidas de replantação dos pinheiros que foram abatidos na zona do Ancão. Não cabe à autarquia tratar desse processo, terá de ser o ICNF. O promotor terá que apresentar um Plano de Gestão Florestal, para toda aquela zona e a preservação da biodiversidade, daquele habitat, naquele sítio. As questões relativas à erosão do solo, sendo necessário prevenir. Serão replantadas árvores, por parte de um Plano apresentado pelo promotor, de acordo com a Câmara e o ICNF.-----

A Senhora **Vereadora Ana Machado**, respondeu que em relação às questões formuladas pelo Deputado Carlos Costa, respondeu que o apoio à Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime, foi intenso e constante, eficaz e eficiente. Desde o primeiro dia que foram alocados recursos humanos, de diferentes áreas, elementos da Câmara Municipal, da Proteção Civil, dos Bombeiros, da Ação Social e da Salubridade. Houve uma articulação com a ARS, ABC, Cruz Vermelha Portuguesa e com a Delegada de Saúde e restantes elementos que suportaram a Instituição, quer os que ficaram no Lar, quer os que foram transportados para o Hotel.-----

Esta autarquia assegurou a higienização dos espaços, solicitando à unidade de Cuidados da Comunidade, que procedesse à formação de todos os trabalhadores das instituições, de modo a que saibam lidar com esta maneira especial, fornecendo-lhes equipamentos de proteção individual a todos os trabalhadores. A despesa rondou os cerca de 100 mil euros, em montante quantificado em termos de despesa.-----

Foi cedida a palavra à Senhora **Vereadora Marilyn Zacarias**, que respondeu ao Senhor Deputado Abel Matinhos, em relação á reabertura dos serviços, estando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

já publicado na página da Câmara Municipal. Existem serviços que funcionarão com marcação prévia, estando garantido o distanciamento e em certos locais, não existe a possibilidade de o fazer e aí trabalharão em regime de 50%/50%.-----

-----  
Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, referindo que iria responder às questões que ainda não tinham sido respondidas.-----

No que respeita aos equipamentos de saúde e aos investimentos anunciados, irá ser feita a ampliação no Centro de Saúde de Almancil, para o resto do edifício que é ocupado pela Junta de Freguesia de Almancil, e que graças ao seu espírito de colaboração é que vai ser possível fazer uma obra estruturante naquele edifício para que Almancil fique por alguns anos com o problema resolvido.-----

Este Executivo está a levar muito a sério o investimento em equipamentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde, uma vez que é aquela estrutura de saúde pública do Estado Português, prestigiada por todo o mundo, apesar das suas dificuldades e que estamos apostados em valorizar, que é a nossa saúde. Referiu também que o INEM vinha para Loulé, constituindo mais um contributo, mais um grande investimento da Câmara Municipal de Loulé, na estrutura de saúde e dos cuidados de saúde dos cidadãos.-----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Martins, em relação à sua intervenção sobre aquele atentado contra o ambiente, mas a Câmara Municipal, fez um comunicado na hora e contundentes na condenação daquele atentado ambiental.—

O proprietário do terreno assumiu o erro e disse que estaria disponível para fazer o que fosse possível, para reparar o erro cometido.-----

O proprietário teve a hombridade de contactar o Presidente da Câmara Municipal de Loulé e de pedir desculpa pelo sucedido.-----

A Câmara Municipal de Loulé não é a responsável nem pela fiscalização nem pela aplicação de coimas neste caso concreto.-----

-----  
Entrou-se no ponto seguinte;-----

### 5-Moções;-----

-----  
**Moção de Pesar pelo falecimento dos cidadãos do Concelho, vítimas do COVID-19**, apresentada pelo Grupo municipal do PS;-----

-----  
**Moção de Pesar pelo falecimento do antigo Presidente de Junta de Freguesia de Boliqueime, José Cardoso Coelho**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;-----

-----  
**Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão António Bota Filipe Viegas**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE;-----



A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Voto de Congratulação "Envolvimento no combate ao COVID-19"** apresentado pelo Grupo Municipal do PS;-----

Foi cedida a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, (Nelson Brazão), para fazer a apresentação das 2 Moções de Pesar, falecimento dos cidadãos do Concelho, vítimas do COVID-19 e falecimento do antigo Presidente de Junta de Freguesia, José Cardoso Coelho, uma vez que estão relacionadas com a freguesia de Boliqueime.-----

O senhor Deputado Carlos Martins (BE), manifestou a sua solidariedade com estas 2 Moções de Pesar e fez uma referência à Moção de Pesar sobre o falecimento dos cidadãos do Concelho, vítimas do COVID-19, referindo que no 2.º parágrafo, deveria ser feita uma referência aos funcionários deste Lar, cujas famílias tiveram afastados devido a também terem sido contaminados pelo vírus e no final do último parágrafo, deveria terminar expressando publicamente e endereçando às famílias os nossos sentidos pêsames. Dado tratar-se de um Voto de Pesar, a intenção é mesmo essa, de se dirigir aos familiares das pessoas que faleceram.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que uma vez que há um consenso generalizado em relação a estas 2 Moções de Pesar, propunha que as mesmas se considerassem aprovadas e no seguimento das mesmas, propôs 1 minuto de silêncio.-----

Foi apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), o Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão António Bota Filipe Viegas, apresentado pelo Grupo Municipal do BE;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento de uma intervenção do Senhor Deputado António Farrajota, esclareceu que embora a Proposta seja feita pelo Grupo Municipal do BE, se na decisão final todos estiverem de acordo, a Moção é da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Deputado Carlos Costa (PS), disse que o Grupo Municipal do PS, se associa ao Voto de Pesar apresentado pelo BE.-----

Foi feito 1 minuto de silêncio em memória pelos falecimentos apresentados nas Moções de Pesar.-----

**Voto de Congratulação "Envolvimento no combate ao COVID-19"**;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para a apresentação deste Voto de Congratulação, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, que fez a leitura da mesma.-----

No seguimento desta apresentação, solicitou a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que este Voto de Congratulação é de louvar o empenho de todas as pessoas envolvidas e que trabalharam no combate a esta pandemia.---

Mencionou o Senhor **Presidente da Assembleia**, que pese embora o preponente deste Voto de Congratulação seja o PS, era a questão de no 1º parágrafo existir uma redação mais genérica sobre este reconhecimento, que retiraria a palavra "o Grupo Municipal do PS" e seria construída uma frase, se for esse o entendimento dos preponentes, que abrangesse todos os Deputados Municipais-----

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, sugeriu 2 pequenas alterações a serem feitas, uma delas retirar "...o Grupo Municipal do PS" e colocar "a Assembleia Municipal" e outra alteração ao nível do 3º parágrafo.-----

Posteriormente o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referiu que em termos gerais está de acordo com o Voto de Congratulação, com a redação nem tanto, mas é a proposta do PS. Disse ainda que não queria deixar passar em branco, que nestes tempos de pandemia, não podíamos perder esta oportunidade, para salientar e saudar o papel importante, desempenhado por todos os profissionais, que asseguraram os serviços essenciais para garantir a saúde, assistência a idosos e bens essenciais para a sobrevivência urbana. Médicos, Enfermeiros e a todos os que estiveram envolvidos no combate à COVID-19.-----

O SNS e os seus profissionais, souberam dar respostas adequadas, para garantirem a assistência a todos os doentes do COVID-19.-----

O Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referiu que considera os contributos, uma vez que a intenção deste Voto de Congratulação, é juntar todos os Grupos Municipais neste propósito de congratulação, de quem está na linha da frente, no combate a esta pandemia.-----

Mencionou que no 1º parágrafo, apontado pelo Senhor Deputado do PSD, aceitava a correção sugerida "...a Assembleia Municipal de Loulé, expressa publicamente o seu agrado, sob Proposta do PS, pela satisfação do trabalho."-----

Em relação ao 4.º parágrafo, "...a Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 29 de Maio, aprova um Voto de Congratulação, a todas as pessoas, profissionais, voluntários, organismos e empresas, sugerindo à Câmara Municipal, envolvendo o Executivo, que possa encontrar junto das suas competências, formas de perpetuar tal conhecimento". Há condições para associar, o BE, faz uma



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

introdução mais densa, supostamente seria uma Moção, que a "paternidade do documento", fique saliente que ela teve um relator.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, mencionou que a Proposta era que no combate à COVID-19, não pode deixar a Assembleia Municipal de Loulé esta oportunidade para reconhecer, visto que a autoria, nunca pode ser posta em causa, uma vez que é assinada pelo Grupo Municipal do PS.-----

Será aprovada com a redação sugerida, irá junto à Ata.-----

No 1º parágrafo, começa "A Assembleia Municipal expressa publicamente" e no 3.º parágrafo, "...o combate à COVID-19, ainda não terminou, no entanto não pode a Assembleia Municipal de Loulé, deixar passar esta oportunidade para reconhecer, registando e valorizando publicamente..."Será aprovada com essa redação e depois circulará a versão definitiva seguirá junto à Ata.-----

O Voto de Congratulação "Envolvimento no combate ao COVID-19", apresentado pelo Grupo Municipal do PS, com estas alterações, foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

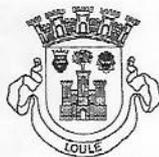
**6-Período da Ordem do Dia;**-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município,** ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

b)- **Apreciação da Informação relativa à Aprovação do Plano de Contingência COVID-19, a adotar pelos Serviços da Câmara Municipal de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 379-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

Depois de tecer algumas considerações sobre a alínea b) relativa ao Plano de Contingência COVID-19, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

De imediato usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse querer introduzir uma questão, que tem a ver com a passagem da alínea c) da OT que tem a ver com a Alteração do Mapa de Pessoal, para discussão como 1º ponto, se tiver a concordância de todos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A alínea c) passou para 1º ponto, tendo a concordância de todos, uma vez que o assunto carece de alguma urgência.-----

c)- Proposta 12/2020- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020, ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação em vigor; [Proposta da Câmara Municipal n.º 636-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação da Proposta foi cedida a palavra à Senhora **Vereadora Marilyn Zacarias**, referindo que é importante a aprovação do Mapa, agradecendo desde já a concordância de todos.-----

Foi feita a apresentação da Proposta, referindo de uma Revisão do Mapa de Pessoal para o ano de 2020, sendo uma necessidade de atualizar os novos postos de trabalho, era previsto até ao mês de Março, conseguir ter uma admissão significativa de trabalhadores nomeadamente na área das Escolas, sendo que pelo Estado de Emergência, foram suspensas todas estas atividades, pelo que levou novamente o Executivo, ter os postos de trabalho anterior e transitá-lo para este novo Mapa. Os serviços informaram da necessidade de trabalhadores que podem vir durante o corrente ano, a ser necessários e desde já prevendo um número de reformas, aposentações, mobilidades, que são significativas, pelo se acabou por sofrer uma alteração. Atualmente em termos de postos de trabalho, existem 1726 trabalhadores. Foram concretizadas 19 novas entradas, desde o ano passado. Há concursos a decorrer e outros concluídos, o que leva a esta Alteração à estrutura do Mapa de Pessoal. Atualmente existem 49 concursos que estão já praticamente na fase final e prevê-se ter mais 38, e logo estes lugares terem de ser garantidos no Mapa de Pessoal, assim como as consolidações das mobilidades. Foi reforçada a área da Salubridade e Higiene Pública, das Escolas e do Desporto. Também se prevê regularizar algumas situações de trabalhadores com prestação de serviço, que venham a ser reduzidas com estes novos concursos a ser concluídos. Há que ter um reforço de pessoal sempre disponível e que saiba fazer o serviço desses trabalhadores. Está a ser reforçada a equipa dos Bombeiros da Proteção Civil. No Urbanismo tem havido saídas, sejam por mobilidades ou licenças sem vencimento e também existe uma contratação de Técnicos Superiores, que são necessários.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que referiu que as alterações não são significativas, e no que diz respeito às perspetivas de emprego e às perspetivas de desemprego que se avizinha, é bem-vinda esta medida.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Questionou sobre quais os encargos financeiros decorrentes desta alteração, uma vez que esta informação não consta da Proposta. E também a distribuição por funções profissionais e atividades, e a classe profissional das pessoas que vão ser admitidas e mobilizadas de um lado para o outro.-----

Para responder às questões suscitadas, a Senhora Vereadora **Marilyn Zacarias**, que informou que o reforço mais significativo é na área das escolas, Assistentes Operacionais, um reforço igualmente nos Bombeiros Municipais, na Proteção Civil, na Salubridade e Higiene Pública e no Urbanismo e Planeamento.-----

Também serão contratados cerca de 46 Técnicos Superiores, em regime de contratos por tempo indeterminado. Informou também que por vezes é lançado o Concurso, chega ao fim do processo e não é admitido nenhum candidato, razão pela qual não pode dizer financeiramente qual o impacto, uma vez que não se sabe o número exato de pessoas que irão entrar.-----

Para complementar a explicação dada pela Senhora Vereadora, o Senhor Vice-Presidente, **Pedro Pimpão**, complementou a resposta à questão e observação, colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Martins, nomeadamente a questão do impacto financeiro do ponto de vista do Mapa de Pessoal, que está devidamente incorporado dentro do Orçamento que foi aprovado em finais de Novembro, sendo que este Mapa tem a ver com concursos que não chegaram a abrir, outros que não ficaram devidamente preenchidos, e portanto o impacto financeiro está devidamente consagrado naquilo que foi o Orçamento para 2020.-----

Em relação à observação que fez, que a Câmara Municipal não é um Centro de Emprego, a Câmara Municipal, aquilo faz é um serviço público, tenta fazê-lo de uma forma direta, fazendo descer cada vez mais as prestações de serviços externas, nomeadamente recursos a empresas externas, e fazer os serviços municipais do ponto de vista direto e é por isso que o Mapa de Pessoal tem este aumento, porque se quer que o serviço seja direto e os serviços a empresas externas, diminua.. Verifica-se uma redução cada vez maior, daquilo que são os "recibos verdes" na Câmara Municipal de Loulé, e este Mapa de Pessoal é também para afetar a quantidade de recibos verdes que existem no universo municipal, e que haja uma estabilidade entre os concursos que são abertos, desde que haja uma estabilidade laboral do ponto de vista de política municipal da Câmara Municipal de Loulé.-----

c)- Proposta 12/2020- Deliberação relativa à **Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020**, ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação em vigor; [Proposta da Câmara Municipal n.º 636-2020] (plataforma smartgov.cm-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

loule.pt); foi votada e aprovada por maioria, com 25 votos a favor (24 do PS e 1 do BE) e 9 abstenções (8 do PSD e 1 do CDS).-----

Solicitou a palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que disse que queria perguntar aos Deputados da Bancada do PSD e do CDS, qual a razão das suas abstenções nesta votação.-----

Interveio o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que não é habitual, a não ser que os próprios o queiram fazer, que se exijam Declarações de Voto, às pessoas que votam, isso a seu ver, ultrapassa aquilo que são as regras do funcionamento da Democracia. Se os Senhores Deputados quiserem fazer alguma Declaração, podemos interpretar como Declaração de Voto, mas que não o façam porque foi pedido, uma vez que não gostaria de introduzir uma norma, que não considera de acordo com as regras do funcionamento de um órgão democrático como é a Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PS)**, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abel Matinhos, os Deputados Municipais não têm que se pronunciar sobre a sua decisão de voto, e quais os fundamentos que os leva a tomar tal decisão. A decisão de voto do PSD sobre as questões do Mapa de Pessoal, tem sido sempre de abstenção. -----

Passou-se à alínea seguinte;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;**-----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que o Relatório é cada vez mais feito com cuidado e contributos dos vários serviços da Câmara e que tem vindo a melhorar significativamente nos últimos meses, com toda a informação detalhada. Colocou-se à disposição para responder a alguma dúvida ou questão, que a leitura do mesmo possa suscitar.-----

É atividade normal da Câmara Municipal de Loulé, a gestão dos recursos humanos, para prosseguir e executar os seus objetivos programáticos. Acabou-se de votar o Quadro de Pessoal, e foi dito pelos deputados no uso da sua palavra, tendo alguns se absterido nesta matéria. Quando pedem à Câmara Municipal, ajudas para funcionários nas casas de banho, ajudas para reparar problemas de salubridade, ajudas à Câmara para acrescentar pessoal, aos cemitérios, às Escolas, Centros de



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Saúde, situações críticas que não têm administrativos que vêm solicitar à Câmara Municipal de Loulé, porque o seu funcionamento nos Centros de Saúde fica comprometido. Está-se a falar aqui, de pessoas que fazem falta.-----

Fez um chamada de atenção, aos Senhores Presidentes de Junta, pela incongruência, pelo facto dos vários pedidos de ajuda solicitados à Câmara Municipal e depois no momento da votação Quadro de Pessoal, em que se prevê resolver situações de carência de recursos, que serviriam para ajudar esses pedidos para as Juntas de Freguesia, depois não dão o seu voto favorável.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, referiu que aquilo que é a liberdade de votação dos Deputados Municipais, em relação às quais a lei é clara, pede a colaboração de todos no sentido de que as pessoas não possam ser interpoladas na maneira porque votaram desta ou de outra forma, uma vez que não favorece o debate sereno neste momento difícil que o nosso país atravessa, para podermos ultrapassar uma série de situações.-----

O Senhor Deputado Carlos Costa (PS), referiu que o que leu e que ouviu, depreendendo das palavras do Senhor Presidente da Câmara, da pressão continua que é sentida na cidade, dos seus Presidentes de Junta, no sentido das necessidades que têm para as suas freguesias, nomeadamente nas áreas em que é necessário ter mais pessoal. As palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi no sentido da pressão, havendo uma contradição entre aquilo que se pede à Câmara Municipal e o que depois se traduz em termos de voto, não existe essa correspondência.-----

Pedi para usar da palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), que referiu que um pouco à margem daquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe transmitiu, voltou a falar de um assunto que já tinha sido votado e estava ultrapassado.-----

A Bancada do Grupo Municipal do PSD, acha que o Senhor Presidente da Câmara, esteve mal ao falar sobre um tema que já estava concluído e votado.-----

Teceu algumas considerações sobre as taxas de ocupação do espaço público no município que vigora até 31 de Dezembro e se tais abrangem as Empresas Municipais, Infraquinta, Inframoura e Infralobo e Marina SA. Em relação à medida que foi tomada sobre o processo de licenciamento da esplanada de restaurantes, gostaria de saber se existe algum balcão especial que possa permitir a celeridade do processo ou se este se encontra alocado ao balcão normal do licenciamento habitual de pedido de licenças.-----

Questionou se existem muitos pedidos, qual o prazo médio de deferimento da resposta de licenciamento e se já existe alguns licenciamentos feitos pela



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Câmara Municipal com áreas exteriores, nomeadamente esplanadas com maior dimensão.-----

-----  
Usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, referiu que não podia deixar de condenar as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Mário Botelho, tendo em conta que está a tentar criar uma realidade virtual, que não foi a intenção das palavras ditas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Questionou o Executivo Municipal, sobre a data para o início das obras que irão decorrer no Centro de Saúde de Almancil, e também sobre o edifício da Junta de Freguesia de Almancil.-----

-----  
Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que relativamente sobre a informação financeira, pode ter diferentes leituras, nomeadamente os números apresentados que podem ter 2 realidades distintas, uma de Janeiro/Fevereiro e outra de Março/Abril. Sugeriu que fosse feita uma Revisão Orçamental depois do 1º semestre, porque as condições da crise pandémica, porque é impossível prever de uma forma fundamentada, qual a evolução da economia num curto e médio prazo, pelo facto de se tratar de uma crise global.-- Preocupa-o o facto de neste momento, é extremamente importante uma gestão financeira cuidada, neste momento apesar da situação financeira da Câmara Municipal ser favorável, mas as medidas de apoio social e económico, elas têm que se fazer sentir. Quando se for fazer a análise da situação financeira em Junho, a situação será totalmente diferente da atual.-----

Referiu também que o valor das construções/infraestruturas, triplicou em termos do mesmo período, não obstante a crise pandémica, ter começado no início de Março, o volume de construção e de infraestruturas, continua a desenvolver-se normalmente, porque ele triplicou.-----

Questionou sobre a rubrica "outros" que apresenta 1 milhão, 406 mil, em termos globais, refere-se a que tipo de outras construções e infraestruturas? Uma vez que na expressão global tem quase uma expressão de 40%.-----

-----  
Usou da palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, que congratulou o Executivo sobre algumas obras realizadas no interior, como o abastecimento de água e a repavimentação de algumas estradas, há muito solicitadas pela população, como é o caso de Santa Margarida às Assumadas.-----

Reforçou mais uma vez, a coragem que o Executivo demonstrou ao dar parecer "negativo" ao Projeto da Cidade Lacustre, uma vez que iria destruir a paisagem e aumentar o gasto excessivo de água, correndo o risco de salinização de aquíferos, numa zona onde a biodiversidade, correndo o risco de serem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

gravemente afetados e não valorizando em nada Vilamoura, que é o património natural.-----

Pedi para usar da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que não poderia deixar passar em branco a intervenção infeliz proferida pelo Senhor Presidente da Câmara, condicionando a liberdade de voto futura dos Presidentes de Junta não afetos ao seu partido.-----

Para complementar a informação disponibilizada pela Câmara, foi solicitada informação detalhada, sobre as medidas tomadas no âmbito do apoio a famílias e empresas, receitas e despesa no Orçamento, no âmbito do Plano de Apoio ao COVID-19. Também foi solicitada uma cópia do Parecer Técnico que consubstanciava o parecer do município para efeitos de deliberação conjunta a ser tomada em sede de avaliação do impacto ambiental.-----

Salientou ainda 3 questões com as quais está plenamente de acordo, no âmbito da Solidariedade e Inclusão, no Planeamento e na Situação Financeira do Município. Reconhece o papel positivo desempenhado pela Câmara Municipal, desde a fase da prevenção, o Plano de Contingência e mitigação da pandemia. É reconhecido que muito foi feito mas ainda muito falta para fazer, no âmbito do apoio social e no combate à propagação da doença. O município deverá ter uma atenção redobrada para com a crise económica que o Algarve está envolvido.-----

A Câmara não se pode substituir ao Governo, mas dentro das suas competências pode e deve apoiar mais.-----

Na área do Planeamento está solidário com o Executivo, pela decisão tomada, sobre o Projeto de Loteamento das Obras da Cidade Lacustre em Vilamoura, emitindo assim um parecer desfavorável, de acordo com uma informação técnica solicitada por incumprimento das condições impostas. Foi uma medida coerente que apoiamos.-----

Sobre a situação financeira do município, ela é excelente, as receitas do IMI e do IMT, são excelentes, gastou-se mais do que se recebeu o que significa que foram feitas mais obras. As reservas de disponibilidades financeiras, são excelentes, cerca de 69 milhões de euros, comparado com igual período do ano passado que rondava os 76, 4 milhões de euros.-----

Não havendo mais inscrições neste ponto, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, e respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Martins, o Executivo durante o mês de Junho, será apresentado um Relatório exaustivo, com todo o apoio prestado com os valores totalizados. Este Executivo tem o costume de se debruçar sobre as questões importantes.---

A Câmara Municipal investiu só em ventiladores 330 mil euros, cerca de 400 mil euros em equipamento de proteção individual. Foram confeccionadas batas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

equipamentos de proteção, para os médicos no Hospital de Faro, foi garantida a alimentação dos médicos que trabalharam de uma forma muito dedicada, foram feitos milhares de testes a COVID-19 e foi montado um Hospital do ABC no Estádio Algarve, esteve como a 1ª Câmara nesse apoio.-----

A Câmara Municipal de Loulé esteve em constante contacto com o Lar de Boliqueime.-----

Esteve muita gente envolvida neste processo, foi montado no Salão Nobre, um Gabinete de Gestão de Crise, tendo sido feito tudo o que esteve ao dispor para estar à altura desta situação, desde Bombeiros, Técnicos da Proteção Civil, de Ação Social, entre outros.-----

Relativamente ao Parecer desfavorável, abordado pelo Senhor Deputado Carlos Martins, a deliberação foi tomada, chegou recentemente e ser-lhe-á facultada toda a documentação, bem como aos restantes Senhores Deputados Municipais.--

Agradeceu o elogio por parte do Grupo Municipal do BE, relativamente a esta tomada de posição do parecer desfavorável, em relação a esta questão, e alertando que esta decisão não é ainda uma decisão definitiva, sendo que processualmente, existe ainda a hipótese do investidor, no limite dos limites, poder alterar muita coisa, não se podendo considerar que neste momento o dossier esteja definitivamente encerrado.-----

-----  
Devido ao adiantado da hora, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, uma vez que os Acordos de Execução é uma matéria muito morosa, e nesse sentido pediu que se continuasse esta Sessão na próxima 2ª feira, dia 1 de Junho.-----

-----  
Para terminar, usou da palavra a **Senhora Vereadora Heloísa Madeira**, referiu que o parecer tomado é para ser levado em consideração, numa Comissão de Avaliação, que ainda não tomou a decisão final, entre as entidades, o ICNF, a APA, a Cultura, a CCDR, tendo todas estas entidades uma palavra a dizer. O parecer da Câmara Municipal de Loulé, porque não viu cumpridas as condições, que ao início tinha colocado, para considerar este projeto aceitável, não tendo sido cumpridas, o nosso parecer não podia ter sido outro senão o parecer desfavorável, mas não será o parecer decisivo que será tomado no órgão colegial, que é a Comissão de avaliação deste projeto.-----

-----  
Para conclusão, o Senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou aos Senhores Deputados, que permitissem a aprovação em minuta do que foi hoje aqui aprovado.-----

-----  
Não tendo sido esgotada a Ordem de Trabalhos desta sessão, foi convocada a continuação da mesma na próxima 2ª feira, dia 1 de Junho para concluir a Ordem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de Trabalhos.-----

-----  
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

*Adriano Louçã*

*[Handwritten signature]*





Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 128

27/05/2020

## MOÇÃO DE PESAR

### **A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento dos cidadãos do concelho vítimas do COVID-19**

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta publicamente o seu mais profundo pesar pelo de falecimento dos cidadãos residentes no concelho, vítimas do Covid-19, pandemia que afetou, de forma dilacerante, o território concelhio e a comunidade nele presente.

Conforme é do conhecimento público, dentro do território concelhio a situação mais sofrida, dramática e devastadora ocorreu no Lar da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boliqeime, facto que foi particularmente sentido pelas famílias dos utentes daquele Lar, as quais, em pleno período de confinamento, acompanharam ao longe e com muita preocupação e angústia, o evoluir da situação da saúde dos seus familiares.

Por isso, no momento presente, é nosso dever acompanhar a dor e o sofrimento de todos aqueles que viram partir os seus entes mais queridos, sem que tivessem a possibilidade de uma derradeira despedida, porque as orientações das autoridades de saúde assim o determinaram.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Loulé reunida no dia 29 de maio manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento dos cidadãos residentes no nosso concelho que foram vítimas da pandemia Covid-19, expressando publicamente esta nota de pesar, e endereçando às suas famílias e à própria Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boliqeime, os nossos sentidos pêsames.

Loulé, 27 de maio de 2020

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé



## Moção de Pesar

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Antigo Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, José Cardoso Coelho.

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta publicamente o seu mais profundo pesar pelo de falecimento do antigo Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, José Cardoso Coelho.

José Cardoso Coelho é natural da Freguesia de Boliqueime, desempenhou funções de várias ordens quer a nível associativo como autárquico.

Tendo tido funções autárquicas no Município de Loulé e Freguesia de Boliqueime: Vereador no final da década de 1970, deputado da Assembleia Municipal, Tesoureiro e Presidente da Junta de Freguesia no período entre 1990 e 1997.

José Cardoso Coelho dignificou da melhor forma os cargos que ocupou, como exemplo de profissionalismo, afincado e perseverança em prol da sua da causa pública.

Era uma pessoa sempre disponível a todas as solicitações que lhe eram endereçadas, pessoa de trato fácil, afável e bastante humano.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Loulé reunida no dia 29 de maio manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de José Cardoso Coelho expressando publicamente esta nota de pesar, e endereçando à sua família os mais sentidos pêsames.

Loulé, 28 de maio de 2020

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé

*[Handwritten signature]*





### VOTO DE PESAR

**A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do cidadão António Bota Filipe Viegas.**

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do cidadão António Bota Filipe Viegas, ocorrido no dia 25 do corrente mês. Ilustre cidadão louletano, coronel, arquiteto, artista e ativista na área das artes plásticas, natural de Vale d'Éguas, freguesia de Almancil, onde nasceu em 17 de dezembro de 1930.

Foi um cidadão muito ativo no desenvolvimento social e cultural no concelho com o desenvolvimento dos Centros Zefa em Almancil e Salir, foi sempre também do seu maior interesse a passagem de informação e conhecimento a todos, em especial aos mais jovens, tendo colaborado com várias escolas no âmbito do seu projeto.

Dedicou grande parte da sua vida à cultura e as artes, algo que enriqueceu muito concelho de Loulé e a si próprio. Os nossos sentidos pêsames a toda a família e amigos enlutados.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Loulé reunida no dia 29 de maio, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do cidadão **António Bota Filipe Viegas**, expressando publicamente a toda a família os nossos sentidos pêsames, mais delibera, respeitar um minuto de silêncio em sua memória.

Assembleia Municipal de Loulé, 29 de maio de 2020

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins.





*[Handwritten signatures]*

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Assunto: Envolvimento no combate ao Covid-19**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista com assento na Assembleia Municipal de Loulé expressa publicamente o seu agrado e satisfação pelo trabalho desenvolvido por todos aqueles que, com determinação e coragem, deram o melhor de si e continuam a dar, no combate à pandemia Covid-19.

No combate à Covid-19 estiveram envolvidas numerosas pessoas e instituições, desde logo, no centro, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) os profissionais de saúde, da Saúde Pública, aos Hospitais e aos Cuidados de Saúde Primários, mas também os profissionais dos diversos serviços municipais e das freguesias, da GNR, das IPSS, das Escolas, do *Algarve Biomedical Center*, e ainda numerosos voluntários da rede municipal, pessoas e empresas. Todos eles, de uma forma ou outra, foram exemplares na sua atitude, determinação bravura e intrepidez, tendo deixado, nalguns casos, as suas famílias para segundo plano, contribuindo assim, com o seu esforço e empenho, para minorar os dramas sociais e humanos que muitas famílias viveram e continuam a viver.

O combate à Covid-19 ainda não terminou, no entanto não pode o Grupo Parlamentar do PS deixar passar esta oportunidade para reconhecer, registando e valorizando publicamente o empenho e o trabalho de todos, os quais, diga-se com toda a justiça, em muito contribuíram para conter os efeitos do Covid-19 no nosso concelho.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Loulé reunida no dia 29 de maio aprova um voto de congratulação a todas essas pessoas (profissionais e voluntários), instituições, organismos e empresas, sugerindo à Câmara Municipal que possa encontrar, dentro das suas competências, formas de perpetuar tal reconhecimento.

Da mesma forma, e porque o impacto da Covid-19 continua e continuará a afetar-nos importa, para além do reconhecimento e registo neste momento, valorizar os sinais que acolhemos e incentivamos no sentido de manter e reforçar níveis de alerta, disponibilidade de meios e a vontade de construir soluções que, sob a liderança do executivo municipal, permitiram e permitirão aligeirar os danos que a Covid-19 impuseram e vão continuar a impor na saúde e nas condições sócio-económicas da nossa comunidade.

Loulé, 26 de maio de 2020

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

*[Handwritten signature]*

